

Perfil Sociocultural de Alunos Trabalhadores do Curso Noturno de 2º Grau através da Análise de seu Cotidiano

Pesquisadora: Dagmar M. L. Zibas

Instituição: Fundação Carlos Chagas

Fonte Financiadora: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

A pesquisa teve o propósito de se inserir no conjunto de investigações que têm procurado fornecer subsídios para a definição da função social do ensino médio e a abertura de possibilidades para sua democratização e eficiência.

Estruturando-se em torno desse amplo objetivo, o trabalho delineou-se como estudo de caso,

concentrando-se em uma escola estadual de 1º e 2º graus, localizada em município essencialmente industrial da Grande São Paulo. No período noturno funcionam naquele estabelecimento turmas de 5ª a 8ª séries e das três séries do ensino médio.

O estudo focalizou o trabalhador-estudante do curso médio,

adotando, para isso, os seguintes procedimentos:

— registro das trocas cotidianas dos alunos entre si, com os diversos agentes educativos e com o currículo;

— registro da explicitação das representações dos jovens sobre a escola, o trabalho e a vida social em geral;

— coleta de dados referentes à sua origem social e trajetórias escolar e profissional.

Além disso, a investigação procurou também agregar informações que dessem conta de como os professores e a administração vêem os estudantes, suas famílias e a interação dos mesmos com o currículo; o que pensam sobre a função social da escola; qual é seu projeto pedagógico; como compreendem e avaliam a aprendizagem e sua relação com o trabalho dos jovens; quais as relações que estabelecem entre si, com os alunos, suas famílias e o meio social imediato e, ainda, qual é sua postura diante do ordenamento político e social da vida brasileira.

Os instrumentos privilegiados durante os três meses em que a equipe freqüentou a escola foram:

diário de campo para registro do cotidiano; entrevistas com alunos, professores, pais, funcionários e administradores; aplicação de questionário aos alunos e consulta a documentos da secretaria da escola.

A grande quantidade de informações assim coletadas já foi analisada e os resultados detalhados estão no relatório final. Aqui vamos nos referir, muito brevemente, a alguns aspectos detectados.

O esvaziamento do conteúdo das aulas

Braslavsky (1992) insiste, muito adequadamente, no fato de que as práticas docentes são extremamente complexas e heterogêneas, formando um todo indivisível em que "palavras, gestos, materiais recomendados para a leitura, os exercícios e muitos outros componentes se interrelacionam de uma forma muito particular e de difícil desvelamento".

Mesmo levando em conta essa dificuldade inerente ao estudo da prática docente, os procedimentos da pesquisa permitiram registrar o empobrecimento do

processo de ensino, caracterizando-se a maioria das aulas como simples espaços formalizados onde se desenvolve com tranqüilidade aquele conhecido contrato informal do "eu faço de conta que ensino e você faz de conta que aprende".

Relacionamos, a seguir, alguns exemplos que podem ilustrar essa conclusão:

— Aula de Português (professor formado em Direito e, durante o dia, trabalhando na CMTC como fiscal de ônibus).

O professor dita, lendo em um livro, diversas definições de vários tipos de adjetivos. Recomendação aos alunos: "Guardem bem essas notas e estudem para a prova, porque vou pedir as mesmas definições e os mesmo exemplos". Comentário de um aluno: "Parece que já vi isso, igualzinho, desde a 3ª série do primário".

— Aula de História (professor formado em Letras, bancário durante o dia).

É dia de prova com consulta. Os alunos não têm livros (a biblioteca da escola está sempre fechada à noite). O material disponível para

consulta são cópias xerox (fornecidas pelo professor) de textos de alguns livros. O conjunto tem, no máximo, 10 folhas, e o conteúdo abrange desde os povos da Antigüidade até o descobrimento da América. As questões, explica o professor, serão dissertativas. Consultando a prova, registramos o seguinte exemplo: "Dê o nome de três classes sociais do antigo Egito". Os demais itens eram do mesmo tipo. A prova "dissertativa" com consulta é feita, no máximo, em 10 minutos. O professor diz estar satisfeito: todos foram muito bem, terão boas notas.

— Aula de Matemática (professor formado na área, experiente e demonstrando liderança em várias oportunidades).

O professor avisa que usará a aula para corrigir as provas que os alunos fizeram na aula anterior (o teste foi em grupo; assim, em uma turma de 24 alunos, há 7 provas para corrigir). Enquanto faz esse trabalho, alguns alunos estudam para a prova da aula seguinte (Português). A maioria conversa. Ao final da aula, um aluno reclama: "aula de 40 minutos, que na verdade só tem 30,

não dá nem para ler a matéria da prova de Português".

A baixa qualidade desse tipo de ensino dificilmente será comparável a qualquer outro. No entanto, registramos que, nessa mesma escola, com alguns desses professores agora apáticos e desinteressados, foi possível desenvolver, há alguns anos, uma experiência, que, com base no que conseguimos apurar, concluímos ter sido muito produtiva.

Uma experiência produtiva perdida no passado

A desmotivação generalizada de todo o corpo docente foi registrada de diversas formas durante a pesquisa. Um breve hiato surge, porém, quando são entrevistados dois professores — os mais antigos da escola e, segundo pudemos observar, os mais experientes e seguros, embora também agora pouco empenhados. Esses mestres mencionam, durante as entrevistas e em inúmeras conversas informais, um momento vivido há alguns anos nesse estabelecimento. Ou seja, descrevem, até com emoção, o Projeto Ensino Noturno — que

funcionou por três semestres, a partir de 1984 —, considerando a experiência excepcionalmente produtiva, totalmente diferente da atual opacidade de sua atuação profissional.

Como se sabe, aquele projeto (instituído pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pelas Resoluções 32, 33 e 54/84) foi implantado, experimentalmente, em 152 escolas da rede e consistia, basicamente, no seguinte: os estabelecimentos envolvidos tinham liberdade para propor procedimentos que promovessem a melhoria do rendimento dos cursos noturnos, havendo, inclusive, alguma autonomia curricular, respeitando-se um núcleo mínimo obrigatório. A Secretaria da Educação comprometia-se a prover os recursos necessários, acompanhar e avaliar continuamente as experiências e divulgá-las.

Na avaliação dos participantes entrevistados (a antiga diretora, atualmente aposentada, e um aluno remanescente daquela experiência também foram posteriormente contatados), os principais avanços conseguidos pela implementação do projeto foram os seguintes:

a) envolvimento efetivo dos professores em projeto pedagógico que consideravam como conquista coletiva;

b) envolvimento profundo dos alunos, com indicadores de diminuição da evasão e repetência;

c) envolvimento da comunidade, tendo como consequência principal a interrupção de invasões e depredações do estabelecimento.

O que anotamos sobre a experiência da escola pesquisada, com relação à sua participação no Projeto do Ensino Noturno, autoriza-nos a concluir que se configurava uma situação onde os professores estavam levantando questões e, sentindo-se valorizados por um trabalho intelectual relevante, passaram a se responsabilizar pelo processo educacional em nível mais abrangente. Aqui cabe perguntar: residiria aí a causa mais profunda do cancelamento precoce do projeto?

Segundo Giroux (1987, p.21), "... ao se compreender os professores como intelectuais, é possível a elaboração de uma severa crítica àquelas ideologias que legitimam as práticas sociais que

separam, de uma lado, a conceitualização, o projeto e o planejamento e, de outro, os processos de implementação e execução... Isto significa que os professores devem desempenhar papel importante na definição dos propósitos e nas condições da escolarização. Tal tarefa é impossível dentro da divisão de trabalho, onde os docentes têm pouca influência sobre as condições econômicas e ideológicas de sua atividade".

Conclusões

Como uma das conclusões do trabalho, registramos que não nos parece descabido identificar dinâmicas, tais como aquelas desencadeadas pelo Projeto Ensino Noturno, como embriões de soluções flexibilizadas que, valorizando o trabalho docente, viabilizam a educação do trabalhador. É preciso enfatizar, porém, que a proposta se realizou em uma fase sociopolítica favorável, quando a vitória da oposição sobre o regime militar, no nível do governo do Estado, gerou a tentativa de instalação de um amplo projeto participativo em São Paulo, com reflexo na elaboração do

Estatuto do Magistério e em melhorias salariais para o funcionalismo. Esses fatores macropolíticos não podem ser minimizados na análise do sucesso do Projeto Ensino Noturno na unidade escolar estudada.

Referências bibliográficas

- BRASLAVSKY. *Escola básica*. Campinas: Papirus, 1992. (Coleção CBE).
- GIROUX, H. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.